

LINHA DO TEMPO

ATUAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO DO LITÍGIO CEARÁ X PIAUÍ



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

SUMÁRIO

1) LINHA DO TEMPO - ATUAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO DO LITÍGIO CEARÁ X PIAUÍ	01
2) DOCUMENTOS E MAPAS HISTÓRICOS	07



LINHA DO TEMPO

ATUAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO

DO LITÍGIO CEARÁ X PIAUÍ

(entre março de 2023 a junho de 2024)

Histórico das ações

A PGE-CE vem atuando em várias frentes na defesa do Ceará e dos cearenses na Ação Cível Originária (ACO) nº 1.831, que tramita desde 2011 no Supremo Tribunal Federal, tendo realizado, inclusive, reunião com a ministra Cármen Lúcia, relatora do processo no Supremo.

O Estado do Ceará está em contato permanente com a população e com as instituições para fortalecer as manifestações em prol dos cidadãos que se reconhecem como cearenses e que vivem em áreas dos 13 municípios envolvidos no litígio (Carnaubal, Crateús, Croatá, Granja, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipaporanga, Ipueiras, Poranga, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará).

Veja a linha do tempo do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo GT do Ceará:

9 de março de 2023

Criação do Grupo de Trabalho instituído pelo Governo do Ceará para acompanhar a tramitação da Ação Cível Originária nº 1.831, sobre os limites territoriais entre os estados do Ceará e do Piauí.



30 de maio de 2023

A Procuradoria-Geral do Estado do Ceará (PGE-CE) participa da reunião do movimento “Unidos pela Ibiapaba”. A iniciativa defende que a Serra da Ibiapaba, que está no centro da disputa com o estado vizinho, permaneça sendo território do Ceará. O movimento conta com a participação de 25 entidades.

28 de junho de 2023

PGE leva esclarecimentos e atualizações sobre a ACO n° 1.831 ao programa Questão de Ordem, veiculado na TV Assembleia.

6 de julho de 2023

PGE-CE contextualiza litígio entre Ceará e Piauí no programa Cena Pública, da TV Ceará.

7 de julho de 2023

Integrantes do GT participam de reunião realizada em Brasília pelo Exército sobre litígio com o Piauí. Os técnicos do Ceará prestaram esclarecimentos solicitados e expuseram argumentos técnicos que subsidiam a defesa do Estado do Ceará na ação judicial. Os assistentes técnicos cearenses atuaram para afastar qualquer alegação que possa levar à perda de território cearense. Também foi disponibilizado vasto material, como mapas históricos, mapas municipais, dados georreferenciados de equipamentos públicos, legislações correspondentes a limites municipais e publicações de estudiosos na matéria, confirmando os argumentos defendidos pelo Estado do Ceará. Toda essa documentação foi protocolada pela PGE-CE no Supremo Tribunal Federal (STF) para integrar a ACO n° 1831.



11 de agosto de 2023

PGE-CE realiza reunião com representantes dos povos indígenas que habitam a região cearense em disputa sobre a defesa do Ceará em litígio com o Piauí.

17 de agosto de 2023

PGE-CE contribui com audiência sobre disputa territorial, realizada em Viçosa do Ceará. A audiência aconteceu no Ginásio Honório Passos e foi organizada pela Defensoria Pública do Estado do Ceará. O momento fez parte de um conjunto de ações, em parceria com a PGE-CE, que busca dialogar com instituições que possam atuar em defesa dos interesses da população cearense na Ação Cível Originária nº 1.831, que tramita no STF desde 2011. Além de membros da sociedade civil, que tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre o tema, o momento contou com a presença de representantes do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh) e da gestão municipal de Viçosa do Ceará.

31 de agosto a 26 de setembro de 2023

Os assistentes técnicos do estado do Ceará acompanharam as atividades de campo do Exército na área de litígio. O objetivo desse trabalho de campo foi coletar, confirmar ou descartar nomes de feições cartográficas, como estradas, rios e localidades, a partir de entrevistas com a população local.

Os assistentes técnicos observaram que o Exército fez diversas perguntas à população sobre nomes de localidades, rios, serras, estradas, e sobre a existência e administração de escolas, unidades de saúde, infraestrutura hídrica e elétrica. Também foram feitas perguntas sobre quais serviços públicos a população utilizava e qual Estado ou município era responsável pela administração desses serviços.



14 de setembro de 2023

A PGE-CE participou da abertura da Ibiapaba Agrotech, feira agrícola realizada em Guaraciaba do Norte (a cerca de 300 km de Fortaleza). O evento abordou o tema do litígio entre Ceará e Piauí e contou com capacitações técnicas, palestras e workshops. A primeira edição foi realizada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará (Sebrae-CE); da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC/ SENAR) e da Prefeitura de Guaraciaba do Norte.

9 de novembro de 2023

O Grupo de Trabalho instituído pelo estado do Ceará para acompanhar o processo do litígio apresentou nota técnica com análise de documentos históricos no contexto do litígio de terras entre Ceará e Piauí. O objetivo é garantir transparência e clareza no acompanhamento do processo que envolve áreas de municípios cearenses pleiteadas pelo Piauí no STF. Os documentos históricos integram a defesa do Ceará no processo.

24 de novembro de 2023

A Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará (OAB-CE) deu entrada no Supremo Tribunal Federal com pedido para ser admitida na condição de amicus curiae no processo da Ação Cível Originária nº 1831, que trata do litígio. Medida semelhante já foi tomada também pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, Ministério Público do Ceará e por diversos municípios cearenses envolvidos no litígio. Essa possibilidade de atuação de terceiros é prevista no Novo Código de Processo Civil (CPC/15), dentre outros dispositivos legais.



6 de dezembro de 2023

A comunidade remanescente do quilombo Três Irmãos, localizada em Croatá (CE), requer ao STF entrar como interessada na ação do litígio. A comunidade tem quase dois séculos de vivências e memórias de pelo menos seis gerações no território cearense. A Associação Comunitária da Comunidade Remanescente de Quilombo Três Irmãos defende os direitos do povo tradicional àquele território e pretende garantir o sentimento de pertencimento à sua cultura e às suas raízes

11 de dezembro de 2023

PGE-CE participa de lançamento do livro "Análise Histórica das Divisas Cearenses: caso do litígio de terras entre o Ceará e o Piauí", na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. A obra é de autoria do historiador João Bosco Gaspar e reúne documentos obtidos em fontes primárias que comprovam a posse ininterrupta de territórios pelo Ceará.

20 de fevereiro de 2024

O Grupo de Trabalho que atua na defesa dos cearenses e do estado do Ceará na Ação Cível Originária nº 1.831 apresentou, em fevereiro de 2024, resultados da pesquisa realizada na área que é disputada pelo Piauí. A Pesquisa socioeconômica na área de litígio entre o Ceará e o Piauí: avaliação de serviços públicos e percepção dos moradores quanto ao sentimento de pertencimento foi divulgada na sala imersiva do Museu da Imagem e do Som (MIS). O GT criado em março de 2023 é coordenado pela Procuradoria-Geral do Estado. A pesquisa científica realizada na área de litígio mostra que cerca de nove em cada dez habitantes se identificam com o estado do Ceará.

5 de abril de 2024

Associado a documentos históricos, GT apresenta estudo geomorfológico da Serra da Ibiapaba no qual indica claramente que área é do Ceará e reforça



defesa dos cearenses. O estudo vale-se de técnicas cartográficas modernas e produtos de sensoriamento remoto para esclarecer exatamente onde fica o sopé ocidental da serra que é disputada pelo estado vizinho. A linha divisória entre o Ceará e o Piauí, baseada em diversas fontes primárias e mapas históricos, é o sopé ocidental da Serra da Ibiapaba ficando integralmente a área de litígio em território cearense.

24 de maio de 2024

“Nós somos do Ceará, nós somos cearenses”. Esse foi o tom da audiência pública promovida pela Defensoria Pública do Ceará, com participação da PGE-CE e da Secretaria dos Povos Indígenas do Estado, para ouvir os povos originários que vivem no território em disputa pelo Ceará e o Piauí, na extensão entre a região dos Inhamuns e Serra da Ibiapaba. A audiência foi realizada na Escola Indígena Jardim das Oliveiras nas Aldeias Umburana e Cajueiro, no município de Poranga. Os depoimentos da população serão compilados para compor a ação judicial que tramita no STF desde 2011.

11 de junho de 2024

Após audiências públicas promovidas para escuta da população e apresentação de diversos estudos científicos abordando aspectos históricos, sociais e territoriais envolvendo a questão do litígio entre os estados do Ceará e do Piauí, a Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE) e o Grupo Técnico de Trabalho do Governo do Estado do Ceará promoveram a apresentação de novos estudos sobre a temática, que abordam aspectos relacionados às questões ambiental, hidrográfica, econômica e sociocultural.



DOCUMENTOS E MAPAS HISTÓRICOS

A defesa do Ceará no processo da Ação Cível Originária (ACO) nº 1.831 baseia-se tanto na análise técnica de documentos e mapas históricos que comprovam a posse do território ao Ceará, quanto em aspectos que estão relacionados à cultura e ao pertencimento da população que habita os municípios cearenses envolvidos na disputa. Ambos os argumentos já foram apresentados ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Exército Brasileiro.



Dentre os diversos documentos históricos que atestam a posse pelo estado do Ceará da Serra da Ibiapaba e do restante da área de litígio abrangida pela ACO nº 1.831, destacamos os **sete a seguir**:

- ❖ Carta régia do ano de 1721;
- ❖ Carta patente de 1798 (Confirmando a vila de Viçosa no Ceará);
- ❖ Atlas do Império de 1868;
- ❖ Censo Demográfico de 1872;
- ❖ Decreto Imperial de 1880;
- ❖ Anais históricos da Câmara e do Senado Imperial de 1880;
- ❖ Convênio Arbitral de 1920.

Coletânea de 26 mapas históricos, destacamos entre eles:

- ❖ Mapa do Piauí de 1809 que corrigiu o mapa de Gallucio de 1761;
- ❖ Mapas municipais dos censos demográficos do IBGE dos anos de 2000, 2010 e 2022.



Legislação:

- ❖ Leis de limites municipais do estado do Ceará;
- ❖ Leis limites municipais do estado do Piauí que reconheceram a divisa praticada pelo IBGE.



Municípios cearenses cujos territórios são disputados na ACO nº 1.831 entraram com solicitação para entrar no processo da ACO 1.831 na condição de amicus curiae (amigo da corte, como colaborador processual da ação).